



ATA NÚMERO TRÊS

ANO 2014

27-06-2014

PÁGINA 1 DE 30

MUNICÍPIO DE CABECEIRAS DE BASTO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL
CONTRIBUINTE N.º 505 330 334

ATA DA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CABECEIRAS DE BASTO – ANO DE DOIS MIL E CATORZE-----

Aos vinte e sete dias do mês de junho de dois mil e catorze, nesta Vila de Cabeceiras de Basto, no Edifício dos Paços do Concelho (Sala de Sessões), reuniu a Assembleia Municipal de Cabeceiras de Basto, sob a presidência do seu Presidente, Joaquim Barroso de Almeida Barreto, tendo como Primeiro Secretário Mário Machado Pinto de Oliveira e Segundo Secretário Augusta Cristina Gomes da Costa Dias. -----

Efetuada a chamada, verificou-se que dos elementos efetivos deste órgão autárquico, faltaram os eleitos, Sandra Cristina Vieira Mendes da Fonseca e Fernando António Oliveira Henriques Brás, do Grupo de Cidadãos "Independentes por Cabeceiras – IPC", tendo os mesmos comunicado que não podiam estar presentes na sessão da Assembleia Municipal e por isso solicitaram a sua substituição. Assim, dado que estavam presentes na sala de sessões os membros da Assembleia Municipal que se seguiam na ordem da respetiva lista, Sandra Manuela Teixeira Gonçalves e José Alexandre Leite de Campos, operaram-se, de imediato, as substituições requeridas, ficando deste modo o Plenário constituído por trinta e três membros. -----

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes: o Senhor Presidente da Câmara, Serafim China Pereira e os Senhores Vereadores: Francisco Luís Teixeira Alves, Deolinda Isabel da Costa Coutinho Jorge Agostinho Borges Machado, Ana Paula Magalhães Carvalho e Mário António Jesus Leite.-----

Face ao número legal de presenças para a Assembleia poder funcionar, pelo seu Presidente foi declarada aberta a sessão, quando eram decorridas vinte e uma horas e quarenta e cinco minutos. -----

-----PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

O Presidente da Assembleia Municipal informou os membros da Assembleia Municipal que faleceu hoje o Presidente da ANAFRE, Dr. Cândido Moreira, tendo sugerido que fosse aprovado um voto de pesar pela sua morte e perguntou aos presentes se desejavam expressar o voto de pesar e quando o queriam fazer. -----

De seguida perguntou se alguém pretendia usar da palavra. Inscreveram-se para falar: -----

O membro do Grupo Municipal do PS, Domingos Machado, o membro do Grupo Municipal "Independentes por Cabeceiras – IPC", Paulo Pinto e o membro do Grupo Municipal do PSD, Duarte Nuno Basto, para referirem que se associam a esse voto de pesar e que a Mesa decidirá o melhor momento para o fazer.-----



S. R.

ATA NÚMERO TRÊS
ANO 2014
27-06-2014
PÁGINA 2 DE 30

MUNICÍPIO DE CABECEIRAS DE BASTO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL
CONTRIBUINTE N.º 505 330 334

A handwritten signature in black ink, consisting of a stylized 'R' followed by a long horizontal stroke.

O Presidente da Assembleia Municipal sugeriu que, uma vez que no período de antes da ordem do dia não podem haver votações, este fosse o primeiro assunto a ser votado no período da ordem do dia, caso concordassem. Depois de ter obtido a anuência de todos os Grupos Municipais o assunto ficou para ser apreciado e votado depois da aprovação das atas. -----

Pelo membro do Grupo Municipal do PSD, Duarte Nuno Bastos, foi lida uma tomada de posição com o seguinte teor: *"As últimas eleições autárquicas introduziram um novo arranjo nos órgãos autárquicos. E o sinal foi claro: Os cabeceirenses quiseram mudança. A expressão dessa mudança não recaiu, na sua maioria sobre o PSD, é certo. Ainda assim, entendemos bem o sinal: a maioria dos cabeceirenses pediu uma mudança, seja das agendas políticas, seja da atuação política. Uma mudança que obriga ao compromisso e ao entendimento. O PSD é um partido responsável e estará, como sempre esteve, disponível para ajudar a construir soluções de compromisso que respondam aos anseios dos cabeceirenses. Devo referir, em boa verdade, a atitude mais recetiva que tem vindo a ser demonstrada pelo Sr. Presidente de Câmara, seja ela mais ou menos espontânea. Mas o PSD não está disponível para acertar de contas com o passado, com o qual não se identifica, e que pouco interessam ao verdadeiro sentido do nosso mandato. Por muito que queiram e se esforcem, não nos deixaremos meter nessas guerras. Muito menos aqui, nesta assembleia. Estamos na casa de democracia local. Este é o órgão por excelência da representatividade democrática dos cabeceirenses. Nesta casa tem de haver espaço para o uso da palavra, para o contraditório, para a afirmação de pontos de vista, para o debate verdadeiramente democrático, e também, como não pode deixar de ser, para a defesa própria ... seja de quem for. Entendemos que o regulamento não impede a defesa de quem, membro desta assembleia ou membro do executivo municipal, seja diretamente visado no âmbito do debate, mais ou menos aceso. Tal seria negar um dos principais fundamentos da democracia, mas também um dos principais fundamentos de qualquer sociedade civilizada e de bom senso. E não nos devemos refugiar em minudências estatutárias. Mas se não é esse o entendimento de alguns e de quem compete dirigir os trabalhos desta assembleia, manifestamos desde já a nossa intenção de propor uma reunião dos grupos municipais para promover uma revisão do regimento da Assembleia Municipal, com caráter de urgência, revisão que permita, tão só, o direito de defesa a quem seja diretamente visado e se sinta atingido na sua dignidade, como observamos diariamente nos debates mais ou menos acalorados em qualquer casa da democracia. As últimas reuniões desta assembleia não nos dignificam. A responsabilidade é de todos, mas a postura do PSD procurou sempre outro caminho. E neste ponto, queremos deixar um apelo muito claro: O Sr. Presidente da Assembleia Municipal deve reconsiderar a forma como tem*



ATA NÚMERO TRÊS
ANO 2014
27-06-2014
PÁGINA 3 DE 30

MUNICÍPIO DE CABECEIRAS DE BASTO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

CONTRIBUINTE N.º 505 330 334



conduzido os trabalhos. Deve dirigir e intermediar, sem ser o principal ator nem o agente provocador. Deve entender a vontade manifesta dos cabeceirenses e centrar os tempos de trabalho nos assuntos de real importância para Cabeceiras e para os Cabeceirenses. O que é verdadeiramente importante é a vida dos cabeceirenses, os seus anseios, os seus problemas, as suas ambições. E a procura de soluções. Estou certo que, no fundo, é esta a ideia que nos move a todos, no exercício político ativo. E é nela que devemos centrar toda a nossa ação, todo o nosso esforço e todo o nosso trabalho. É para isso que todos fomos eleitos. E é isso que esperam de nós. E dignificaremos esta assembleia e a política. A política é uma causa nobre, ao serviço das populações. E compete aos seus atores demonstrá-lo no exercício dos seus cargos. Isto será não só celebrar o espírito de Abril mas sobretudo praticar o espírito de Abril, num momento em que comemoramos o seu quadragésimo aniversário.”-----

O membro do Grupo Municipal “Independentes por Cabeceiras – IPC”, António Manuel Gonçalves, para referir que está aqui como representante do Grupo Municipal do IPC, mas também como membro da Comissão Permanente do Desenvolvimento Rural e das Florestas e aproveitou para informar os restantes membros que brevemente a Comissão vai reunir. De seguida, perguntou ao Sr. Presidente da Câmara Municipal quais as medidas que tomou ou tenciona tomar relativamente aos prejuízos causados pela intempérie que ocorreu no concelho, no domingo e segunda-feira passados (dias vinte e dois e vinte e três de junho), com ventos fortes e queda de granizo de grandes dimensões e que, como é de lamentar, causou grandes prejuízos. Acrescentou que sendo este um concelho maioritariamente agrícola e tendo em conta a época do ano em que estamos, em que as culturas se encontram numa fase de crescimento e foram muito afetadas, onde muitas famílias vivem e outras sobrevivem da agricultura, questionou se a Câmara Municipal procedeu ou vai proceder a algumas diligências relativamente ao sucedido de forma a apurar os danos causados e ajudar os afetados, e se sensibilizou ou irá sensibilizar o Governo e particularmente o Ministério da Agricultura e do Mar para o ocorrido.-----

Pelo membro do Grupo Municipal do PS, Nuno Barreto, foi lida uma tomada de posição com o seguinte teor: *“A democracia não se apregoa, pratica-se e cumpre-se. Os vereadores e os membros da Assembleia Municipal do IPC desconsideraram e desrespeitaram a Assembleia Municipal. Foi com surpresa e estupefação que no decorrer da reunião da Assembleia Municipal de dezasseis de maio, tomamos conhecimento de um comunicado dos vereadores do IPC, divulgado publicamente, a pouco mais de três horas do início dessa reunião. Nesse comunicado recheado de insinuações e mentiras, desrespeitava-se a Assembleia e procurava-se por em causa a boa relação e colaboração institucionais*



ATA NÚMERO TRÊS
ANO 2014
27-06-2014
PÁGINA 4 DE 30

MUNICÍPIO DE CABECEIRAS DE BASTO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL
CONTRIBUINTE N.º 505 330 334



deste órgão do Município com a Câmara Municipal. Nessa comunicação, os vereadores do IPC fazem, entre outras, acusações à forma como decorreu a reunião da Assembleia Municipal do passado dia vinte e oito de abril, referindo que foram cometidas "eventuais ilegalidades" e que o Presidente da Câmara, na reunião camarária de nove de Maio, "foi sensível às questões suscitadas", pelos citados vereadores, "lamentando o sucedido..." Também nessa reunião de dezasseis de maio, os membros da Assembleia Municipal do Partido Socialista, Independentes por Cabeceiras (IPC) e do Partido Social Democrata presentes, reafirmaram todos, sem exceção, - incluindo os do IPC - de uma forma clara e inequívoca que na reunião da Assembleia Municipal de vinte e oito de abril "NÃO TINHAM SIDO PRATICADAS ILEGALIDADES, desmentindo e contrariando, assim, as afirmações do comunicado dos vereadores do IPC. O presidente do grupo do IPC, Dr. Paulo Pinto, nesta reunião de dezasseis de maio, além de ter referido que não houve ilegalidades na reunião de vinte e oito de abril, disse, ainda, que "desconhecia o teor do comunicado dos vereadores do IPC e que o mesmo era da responsabilidade daqueles". Os vereadores do IPC, pretenderam, com este comunicado, mais uma vez, intervir e intrometer-se abusiva e ilegalmente nos trabalhos e no normal funcionamento da Assembleia Municipal. A este propósito, e no que se refere à participação dos membros da Câmara na Assembleia Municipal, diz a Lei cinco/A – dois mil e doze, de onze de janeiro, no seu artigo quadragésimo oitavo, o seguinte: Um - A Câmara Municipal faz-se representar, obrigatoriamente, nas sessões da Assembleia Municipal, pelo Presidente, que pode intervir nos debates, sem direito a voto; Dois - Em caso de justo impedimento, o Presidente da Câmara pode fazer-se substituir pelo seu substituto legal; Três - Os vereadores devem assistir às sessões da Assembleia Municipal, sendo-lhes facultado intervir nos debates, sem direito a voto, a solicitação do plenário ou com a anuência do Presidente da Câmara ou do seu substituto legal; Quatro - Os vereadores que não se encontrem em regime de permanência ou de meio tempo têm direito às senhas de presença nos termos do artigo décimo da Lei número vinte e nove/oitenta e sete, de trinta de junho; Cinco - Os vereadores podem ainda intervir para o exercício do direito de defesa da honra. No decorrer da reunião da Assembleia Municipal de dezasseis de maio, nenhuma das situações anteriormente referidas foi verificada, isto é: - O plenário da Assembleia não deliberou solicitar a intervenção de qualquer vereador. - A Mesa, por unanimidade, considerou, que não foi colocada em causa a honra pessoal de ninguém, nomeadamente dos senhores vereadores; - O Sr. Presidente da Câmara, que estava presente na reunião, não deu a sua anuência para a intervenção dos senhores vereadores. Perante estes factos e numa atitude de falta de respeito pela lei, pelo regimento, e de não aceitação das regras de convivência democrática para com os restantes eleitos desta Assembleia, do PS e do PSD, e



ATA NÚMERO TRÊS
ANO 2014
27-06-2014
PÁGINA 5 DE 30

MUNICÍPIO DE CABECEIRAS DE BASTO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

CONTRIBUINTE N.º 505 330 334

da Câmara Municipal, nomeadamente dos Senhores Presidente e Vice-Presidente da Câmara Municipal e do Senhor vereador do PSD, Professor Mário Leite, os membros do IPC que geraram a discussão, acompanhados dos senhores vereadores do IPC, saíram da sala, sem terem dado qualquer satisfação e justificação ao Plenário da Assembleia, à Mesa, aos membros da Câmara e ao público presente. Estamos a viver situações anómalas, com incidentes lamentáveis, de intromissão abusiva de autarcas e candidatos do IPC em algumas Assembleias de Freguesia e na Assembleia Municipal, **procurando criar mau ambiente e conflitos com atitudes reveladoras de falta de respeito pela lei, pela vontade dos eleitores que em eleições democráticas escolheram os seus legítimos representantes. Não é admissível que um vereador do IPC queira impor-se e sobrepor-se de forma sistemática na Assembleia Municipal pretendendo substituir o Presidente da Câmara, quando não responde, por escrito, a requerimentos apresentados pelo PS com pedidos de esclarecimento e que tem em sua posse há mais de quatro meses. O Grupo Municipal do Partido Socialista não aceita estas atitudes que em nada dignificam a política e os políticos, condenando por isso a postura assumida pelos vereadores e pela bancada do IPC na reunião de dezasseis de maio da Assembleia Municipal de Cabeceiras de Basto.** -----

O membro do Grupo Municipal "Independentes por Cabeceiras – IPC", Alcino Castro, que começou por referir que foi dito, numa das últimas reuniões da Assembleia Municipal, por um membro do Grupo Municipal do PS, que ele tinha votado favoravelmente, na reunião da CIM do Ave, a atribuição de quinze milhões de euros a uma associação de Viana do Castelo, dinheiro que deixou de ser investido na área do Ave. No entanto, pediu os documentos à CIM do Ave, os quais comprovam o seu voto de abstenção, tendo por isso Nuno Barreto, do Grupo Municipal do PS, mentido. Confirmou ainda que, na ata número três de dois mil e nove da CIM do Ave, o Dr. Jorge Machado, em representação do Eng. Joaquim Barreto, votou favoravelmente esse mesmo protocolo, bem como a PROBASTO e a Mútua de Basto. -----

Pelo membro do Grupo Municipal "Independentes por Cabeceiras – IPC", Paulo Pinto, foi lida a seguinte tomada de posição: "O grupo municipal do IPC repudia veementemente diversas situações ocorridas na reunião de dezasseis de Maio de dois mil e catorze desta Assembleia Municipal, as quais, além de inaceitáveis à luz dos valores democráticos, roçam ou mesmo ultrapassam a fronteira da legalidade, a saber: UM – A introdução, por iniciativa do Presidente da Assembleia Municipal e em contradição com o ponto um do artigo vigésimo oitavo do Regimento, de um assunto não inscrito na ordem de trabalhos, que foi discutido durante duas horas e vinte e dois minutos, consumindo cerca de



ATA NÚMERO TRÊS
ANO 2014
27-06-2014
PÁGINA 6 DE 30

MUNICÍPIO DE CABECEIRAS DE BASTO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL
CONTRIBUINTE N.º 505 330 334

três quartos do tempo gasto em toda a reunião; DOIS – A recusa, por parte do Presidente da Assembleia Municipal, em contradição com o ponto três do artigo trigésimo primeiro do Regimento, de uma solicitação emanada do plenário, pela voz de um membro eleito do IPC, para que o vereador Jorge Machado usasse da palavra para se pronunciar acerca de alegações envolvendo o seu nome que foram feitas durante a discussão aludida no parágrafo anterior; TRÊS – A recusa, por parte do Presidente da Assembleia Municipal, em contradição com o ponto dois do artigo décimo sexto do Regimento, da solicitação feita pela bancada do IPC, para que o plenário se pronunciasse acerca da recusa aludida no parágrafo anterior, considerando os líderes de bancada representativos de todo o plenário; QUATRO – O facto de, tendo o conjunto dos vereadores do IPC sido citado na discussão e tendo havido numerosas referências a alegadas afirmações produzidas numa reunião da Câmara Municipal, os vereadores Paula Carvalho e Hélder Vaz terem pedido para usar da palavra e terem sido completamente ignorados pela Mesa; CINCO – O facto de o Presidente da Câmara Municipal ter recusado decidir se anula ou não a intervenção do vereador Jorge Machado, quando isso lhe foi solicitado, depositando a decisão que lhe competia nas mãos do Presidente da Assembleia Municipal. No nosso entender, tais situações violam o Regimento e nalguns casos a própria Lei, para além de contrariarem os princípios democráticos e de tornarem impraticável a continuação da participação dos eleitos pelo IPC na reunião. O grupo municipal do IPC fez tudo o que estava ao seu alcance para dar o seu contributo para o debate mas, perante os sucessivos abusos atrás mencionados, o abandono da reunião revelou-se a única atitude coerente e digna a tomar. Cada um dos membros do IPC presentes naquele momento na sala, entre membros eleitos da Assembleia, presidentes de Juntas de Freguesia e vereadores, abandonou a reunião porque em consciência assim o entendeu e assumindo plenamente as respetivas consequências.” -----

O membro do Grupo Municipal do PS, Nuno Barreto, pediu a palavra para referir que o membro do Grupo Municipal "Independentes por Cabeceiras – IPC", Alcino Castro, partiu para ataques pessoais, mas revela lapsos de memória, pois afirmou recordar-se que o sentido de voto de Alcino Castro, na reunião da CIM do Ave, foi favorável e não foi uma abstenção. Em dois mil e nove o que a CIM do Ave fez foi a aprovação de um consórcio, mas o que Alcino Castro votou foi a assinatura de um protocolo para atribuição de fundos comunitários. Relativamente ao referido pelo membro do Grupo Municipal "Independentes por Cabeceiras – IPC", Paulo Pinto, parece-lhe uma intromissão nos trabalhos da Mesa, ao contabilizar o tempo dispendido num assunto. Considera que o Presidente da Assembleia Municipal deve usar o tempo como entender. O PS tem um líder e identifica-se com essa liderança, algo que não parece acontecer com o Grupo Municipal "Independentes por Cabeceiras – IPC", que parecem ter vários



ATA NÚMERO TRÊS
ANO 2014
27-06-2014
PÁGINA 7 DE 30

MUNICÍPIO DE CABECEIRAS DE BASTO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL
CONTRIBUINTE N.º 505 330 334

líderes. Na última sessão da Assembleia Municipal, o que os membros do Grupo Municipal "Independentes por Cabeceiras – IPC" fizeram foi insólito e um desrespeito pelos restantes membros da Assembleia Municipal e dos eleitores. -----

O Presidente da Assembleia Municipal afirmou que tem cumprido a Lei e, relativamente ao que o membro do Grupo Municipal do PSD, Duarte Nuno Bastos, referiu que deve ser reconsiderada a forma como os trabalhos têm sido dirigidos, relembra que consta da ata da sessão que todos entenderam que não houve incumprimento do Regimento. Recorda que o decorrer dos trabalhos não depende só da Mesa, mas também da forma como os Grupos Municipais atuam. -----

O membro do Grupo Municipal do PS, Domingos Machado, interveio para dizer que reitera tudo o que foi dito pelo Presidente da Assembleia Municipal. Afirmou que há autonomia e independência dos vários Órgãos Autárquicos e a democracia exige respeito mútuo. Acrescentou que ficou surpreendido com as afirmações do membro do Grupo Municipal do PSD, Duarte Nuno Bastos, pois considera que houve uma mudança de postura em relação à sessão anterior. A Assembleia Municipal não é a reunião de um grupo de amigos, há um Regimento a cumprir e é preciso que haja decência intelectual. Considera um desrespeito terem sido colocadas, há quatro meses, questões ao Vereador Jorge Machado e ainda não se ter obtido resposta. Afirmou que é necessário respeito pela diversidade de opiniões e pelo eleitorado.

O membro do Grupo Municipal do PSD, Duarte Nuno Bastos, pediu a palavra para referir que ouviu com toda a clareza as intervenções do Presidente da Assembleia Municipal e do membro do Grupo Municipal do PS, Domingos Machado, mas considera que esta é a casa da democracia e é aqui que se realiza o exercício democrático e deve procurar-se responder ao que as pessoas esperam de nós, assumindo cada um as suas responsabilidades. -----

O membro do Grupo Municipal "Independentes por Cabeceiras – IPC", Paulo Pinto, afirmou também ter ouvido com atenção as duas intervenções. Considera não haver necessidade de alteração do Regimento. A Lei e o Regimento são claros. Às vezes é uma questão de interpretação. -----

O Presidente da Assembleia Municipal afirmou que se pode constatar quem cria os incidentes e quem gasta tempo desnecessariamente. O membro do Grupo Municipal do PSD, Duarte Nuno Bastos, referiu que esta é a casa da democracia que se deve defender os interesses dos cabeceirenses. O Presidente da Assembleia Municipal considera que todos, à sua maneira, defendem os interesses dos cabeceirenses. Na sessão anterior da Assembleia Municipal todos intervieram, ninguém se remeteu ao silêncio e todos debateram assuntos que hoje consideram não ser do interesse dos cabeceirenses. Tem que haver respeito pela Lei. A Mesa respeitará todas as decisões do plenário e acrescentou que sempre



ATA NÚMERO TRÊS
ANO 2014
27-06-2014
PÁGINA 8 DE 30

MUNICÍPIO DE CABECEIRAS DE BASTO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL
CONTRIBUINTE N.º 505 330 334

que considerarem que a Mesa não está a agir corretamente que interpelem o plenário, pois a Mesa respeitará sempre a decisão da maioria. -----

Seguidamente interveio o Presidente da Câmara Municipal, Dr. China Pereira, agradecendo a interpelação do membro do Grupo Municipal "Independentes por Cabeceiras – IPC", António Manuel Gonçalves, e referindo que essa é uma preocupação da Câmara Municipal e que já fez as diligências para saber os prejuízos ocorridos no concelho. Este foi um assunto debatido também em reunião do executivo municipal. Já se enviou um ofício aos Presidentes das Juntas de Freguesia onde a intempérie se fez sentir mais intensamente, para que procedessem ao levantamento dos prejuízos. Uma Técnica da Câmara Municipal está a ajudar os agricultores a preencherem o requerimento que será enviado ao Ministério da Agricultura e do Mar. -----

LEITURA DA CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA E EXPEDIDA PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL -----

Pelos Secretários da Mesa da Assembleia Municipal foi lida toda a correspondência recebida e expedida, desde a última sessão, a saber: -----

RECEBIDA -----

- E-mail do Grupo Parlamentar "Os Verdes", de vinte e nove de abril de dois mil e catorze, a dar conhecimento do projeto lei que apresentaram na Assembleia da República e que visa revogar o processo de privatização da Empresa Geral de Fomento, SA (EGF), aprovado pelo Decreto-lei número quarenta e cinco/dois mil e catorze, de vinte de março. -----
- E-mail da ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses, de vinte e nove de abril de dois mil e catorze, a dar conhecimento da Carta Europeia para a Igualdade das Mulheres e dos Homens na Vida Local, documento este, apoiado pela Comissão Europeia no âmbito do Quinto Programa de Ação Comunitária para Igualdade das Mulheres e dos Homens, elaborado em dois mil e seis pelo Conselho dos Municípios e Regiões da Europa, em parceria com várias Associações de Municípios e Coletividades Locais e Regionais Europeias. -----
- Ofício número cinco, de vinte e oito de abril de dois mil e catorze, da Associação Recreativa, Desportiva, Cultural e Social "Os Amigos da Faia" a convidar o Senhor Presidente da Assembleia Municipal para o Segundo Encontro de Cantares ao desafio de Basto, que teve lugar no dia quatro de maio, na Escola EB Um da Faia. -----
- E-mail da Assembleia Municipal de Vizela, de seis de maio de dois mil e catorze, a remeter para conhecimento a moção "Pela Defesa do SNS", aprovada na sessão da Assembleia Municipal de vinte e oito de abril de dois mil e catorze. -----



ATA NÚMERO TRÊS

ANO 2014

27-06-2014

PÁGINA 9 DE 30

MUNICÍPIO DE CABECEIRAS DE BASTO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL
CONTRIBUINTE N.º 505 330 334

- Ofício número dois mil quatrocentos e dezoito/dois mil e catorze-SAU-DAM, de oito de maio, da Câmara Municipal de Cabeceiras de Basto, a informar que a Câmara Municipal na sua reunião de vinte e oito de abril de dois mil e catorze, deliberou rejeitar a proposta do IPC de auditoria às contas e a toda a atividade da Câmara Municipal do ano de dois mil e treze. -----
- Ofício/Circular número cinquenta e quatro/dois mil e catorze, de oito de maio, da ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses, a convidar o Senhor Presidente da Assembleia Municipal a associar-se às comemorações dos Trinta Anos da ANMP, que teve lugar no dia vinte de maio, em Coimbra. -----
- Ofício do membro da Assembleia Municipal eleito pelo PS, Armando Ramiro Henriques Marques, de treze de maio de dois mil e catorze, a comunicar que não pode estar presente na segunda reunião da segunda sessão da Assembleia Municipal que teve lugar no dia dezasseis de maio e a requerer, por isso, a sua substituição. -----
- Ofício do membro da Assembleia Municipal eleito pelo IPC, Fernando António Oliveira Henriques Brás, de dezasseis de maio de dois mil e catorze, a comunicar que não pode estar presente na segunda reunião da segunda sessão da Assembleia Municipal que teve lugar no dia dezasseis de maio e a requerer, por isso, a sua substituição. -----
- Ofício número AM-quarenta, de oito de maio de dois mil e catorze, da Assembleia Municipal de Santo Tirso, a remeter para conhecimento a moção "Pela Defesa do SNS", aprovada em sessão ordinária da Assembleia Municipal no dia vinte e oito de abril de dois mil e catorze. -----
- Ofício dos Fiscais Municipais da Câmara Municipal de Cabeceiras de Basto, de vinte e dois de maio de dois mil e catorze, a dar conhecimento que, no âmbito do Encontro Nacional de Fiscais Municipais, realizado no dia oito de maio de dois mil e catorze, em Almada, foi criada uma Comissão para proceder à constituição de uma Associação Nacional de Fiscais Municipais e a solicitar apoio junto do poder central, de modo a que a carreira de Fiscal Municipal seja reconhecida como uma carreira específica face à função que é Autoridade Administrativa. -----
- Ofício/Circular número sessenta e dois/dois mil e catorze, de vinte e um de maio, da ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses, a remeter publicação relativa às comemorações dos 30 Anos da ANMP, que teve lugar no dia vinte de maio, em Coimbra, bem como a agradecer o contributo da Assembleia Municipal na celebração desta data tão importante para a ANMP. -----
- Ofício número setecentos e vinte/dois mil e catorze/PB, de vinte e dois de maio, da ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses, a convocar o Senhor Presidente da Assembleia



ATA NÚMERO TRÊS

ANO 2014

27-06-2014

PÁGINA 10 DE 30

MUNICÍPIO DE CABECEIRAS DE BASTO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL
CONTRIBUINTE N.º 505 330 334

Municipal para a reunião do Conselho Geral da ANMP, que teve lugar no dia dois de junho, em Coimbra.-----

- Ofício número trezentos e setenta e sete/GAP/dois mil e catorze, de quatro de junho, da Câmara Municipal de Cabeceiras de Basto, a convocar o Senhor Presidente da Assembleia Municipal para a reunião ordinária do Conselho Municipal de Segurança, que teve lugar no dia dezoito de junho, no edifício dos Paços do Concelho. -----

- Ofício do Arciprestado de Cabeceiras de Basto, de onze de junho de dois mil e catorze, a convidar o Senhor Presidente da Assembleia Municipal para participar na Procissão Eucarística Arciprestal no dia da Solenidade do Santíssimo Corpo e Sangue de Jesus, que teve lugar no dia vinte e dois de junho, na Igreja do Mosteiro S. Miguel de Refojos. -----

- Ofício número trezentos e oitenta e oito/GAP/dois mil e catorze, de doze de junho, da Câmara Municipal de Cabeceiras de Basto, a remeter a Ordem de Trabalhos para a reunião ordinária do Conselho Municipal de Segurança, que teve lugar no dia dezoito de junho, no edifício dos Paços do Concelho. -----

- Ofício número setecentos e noventa e três/dois mil e catorze-PB, de doze de junho, da ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses, a convocar o Senhor Presidente da Assembleia Municipal para a reunião do Conselho Geral da ANMP, que teve lugar no dia dezassete de junho, em Coimbra. -----

- E-mail do Presidente da Comissão de Educação, Formação e Cultura, de dezasseis de junho de dois mil e catorze, a informar o Senhor Presidente da Assembleia Municipal que a referida Comissão vai reunir no dia vinte de junho e a solicitar a sala de reuniões da Assembleia Municipal para o efeito. -----

- Ofício do membro da Assembleia Municipal eleito pelo IPC, Fernando António Oliveira Henriques Brás, de dezasseis de maio de dois mil e catorze, a comunicar que não pode estar presente na terceira sessão da Assembleia Municipal a ter lugar no dia vinte e sete de junho e a requerer, por isso, a sua substituição. -----

- Ofício da Câmara Municipal de Mondim de Basto, de dezasseis de junho de dois mil e catorze, a remeter um exemplar da obra "Forais Novos de Mondim de Basto: um passado a conhecer" da autoria da Dr.ª Olinda Santana, editada no âmbito das comemorações dos Quinhentos anos dos Forais Manuelinos. -----

- Ofício da Comissão de Educação, Formação e Cultura, de vinte e três de junho de dois mil e catorze, a informar que a referida Comissão reuniu no dia vinte de junho de dois mil e catorze e deliberou solicitar à



ATA NÚMERO TRÊS

ANO 2014

27-06-2014

PÁGINA 11 DE 30

MUNICÍPIO DE CABECEIRAS DE BASTO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL
CONTRIBUINTE N.º 505 330 334

Câmara Municipal esclarecimentos sobre a Previsível Rede Escolar do Concelho de Cabeceiras de Basto para dois mil e catorze/dois mil e quinze e a Reatualização da Carta Educativa Concelhia. -----

- Ofício número setecentos e setenta e três/dois mil e catorze/AF, de quatro de junho, da ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses, a remeter um exemplar da publicação editada pelo Professor Sidónio Pardal "Ser Autarca, Missão e Desafios". -----

- Ofício do Grupo Municipal do Partido Socialista da Assembleia Municipal, de vinte e seis de junho de dois mil e catorze, a comunicar a constituição do Grupo Municipal, tendo em conta a suspensão de mandato de dois membros do Partido Socialista. -----

- Ofício do Grupo Municipal do Partido Socialista da Assembleia Municipal, de vinte e seis de junho de dois mil e catorze, a comunicar os membros substitutos nas Comissões Permanentes de Planeamento, Ordenamento do Território e Ambiente e Economia, Indústria, Comércio e Turismo, em virtude de dois membros do Partido Socialista terem pedido a suspensão de mandato. -----

- Ofício do membro da Assembleia Municipal eleito pelo IPC, Sandra Cristina Vieira Mandes da Fonseca, de vinte e cinco de junho de dois mil e catorze, a comunicar que não pode estar presente na terceira sessão da Assembleia Municipal a ter lugar no dia vinte e sete de junho e a requerer, por isso, a sua substituição. -----

Expedida: -----

Foram lidos todos os ofícios expedidos. O plenário ficou ciente. -----

-----PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

PONTO NÚMERO UM – APROVAÇÃO DAS ATAS DAS REUNIÕES DA SESSÃO ANTERIOR -----

O Presidente da Assembleia Municipal perguntou se alguém pretendia pronunciar-se sobre o teor das atas. Fizeram intervenções: -----

O membro do Grupo Municipal "Independentes por Cabeceiras – IPC", Paulo Pinto, referiu que a ata possui algumas omissões graves e enumerou-as para que pudessem ser acrescentadas. -----

O membro do Grupo Municipal do PSD, Duarte Nuno Bastos, também fez uma proposta de alteração. ---

O membro do Grupo Municipal do PS, Domingos Machado, sugeriu que se anexasse o registo vídeo às atas. -----

O membro do Grupo de Cidadãos "Independentes por Cabeceiras – IPC", Vera Carvalho, referiu que na ata onde consta que todos os membros do Grupo Municipal "Independentes por Cabeceiras – IPC" se ausentaram da sala, se acrescentasse que ela não estava efectivamente na sala, mas não pelos



ATA NÚMERO TRÊS

ANO 2014

27-06-2014

PÁGINA 12 DE 30

MUNICÍPIO DE CABECEIRAS DE BASTO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL
CONTRIBUINTE N.º 505 330 334

motivos que originaram a saída dos seus colegas de bancada, afirmando, no entanto que estava solidária com a sua atitude. -----

O membro do Grupo Municipal do PS, Nuno Barreto, questionou Vera Carvalho, do Grupo de Cidadãos "Independentes por Cabeceiras – IPC", se pretendia então regressar, pois uma afirmação contraria a outra e sugeriu que houvesse maior coordenação entre os membros do Grupo de Cidadãos "Independentes por Cabeceiras – IPC". -----

O Presidente da Assembleia Municipal referiu que o membro do Grupo de Cidadãos "Independentes por Cabeceiras – IPC", Paulo Pinto recebeu as atas com a devida antecedência e já poderia ter feito essas sugestões. -----

O membro do Grupo Municipal do PS, Rui Rovira, referiu que na sua vida profissional faz muitas atas, mas estas devem relatar o essencial. Apelou a que nestas reuniões se debata o essencial, pois de outra forma torna-se cansativo e desgastante. -----

Como ninguém mais se inscreveu para usar da palavra, o Presidente da Assembleia Municipal submeteu à votação a ata da primeira reunião da segunda sessão realizada no dia vinte e oito de abril de dois mil e catorze e a ata da segunda reunião da segunda sessão, realizada no dia dezasseis de maio de dois mil e catorze, contemplando todas as propostas de alteração sugeridas, tendo sido ambas aprovadas por unanimidade. -----

PONTO NÚMERO DOIS – VOTO DE PESAR – DR. CÂNDIDO MOREIRA – PRESIDENTE DA ANAFRE - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE FREGUESIAS -----

Presente o voto de pesar do seguinte teor: "Faleceu no dia vinte e sete de junho de dois mil e catorze, o Presidente da Associação Nacional de Freguesias [ANAFRE], Dr. Cândido Moreira. O Dr. Cândido Moreira, de cinquenta e nove anos, professor, liderava a ANAFRE desde dois de fevereiro do corrente ano, quando foi eleito para o cargo com noventa e quatro por cento dos votos. Em setembro de dois mil e treze, foi eleito presidente da Junta de Padronelo, após vários anos como presidente da assembleia de freguesia daquela autarquia de Amarante, tendo sido também, durante vários mandatos, um dos mais destacados deputados municipais na bancada do PS de Amarante. Cândido Moreira era um lutador exemplar na sua vida pessoal, no confronto político e no trabalho que desenvolveu na ANAFRE. Ao longo da sua ação foi um elemento importantíssimo na atividade associativa das freguesias, tendo sido um dos obreiros da fundação da ANAFRE. Viveu sempre apaixonadamente a problemática das freguesias. Gostava daquilo que fazia. Homem de grande verticalidade, frontalidade e de diálogo, procurou consensos sempre em prol da valorização e da independência do poder local,



ATA NÚMERO TRÊS
ANO 2014
27-06-2014
PÁGINA 13 DE 30

MUNICÍPIO DE CABECEIRAS DE BASTO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL
CONTRIBUINTE N.º 505 330 334

tendo pugnado pela manutenção da autonomia de muitas freguesias deste país. Foi um homem de causas e de convicções, de uma seriedade a toda a prova, que dignificou a classe política, quer pela palavra, quer pela postura. O Dr. Cândido Moreira foi autarca, humanista, homem de grande simplicidade, leal, genuíno e com um profundo sentido de serviço às comunidades locais. Defensor acérrimo da autonomia do poder local forte e próximo das pessoas, o seu exemplo cívico ao serviço das populações será sempre uma inspiração na ação política. Em face do nefasto acontecimento, a Assembleia Municipal de Cabeceiras de Basto hoje reunida, delibera: UM - Aprovar um voto de pesar pela morte do Dr. Cândido Moreira, Presidente da ANAFRE, a que se associa a Câmara Municipal de Cabeceiras de Basto. DOIS - Dar conhecimento do mesmo à família, à ANAFRE e torná-lo público através dos órgãos de comunicação social." -----

Porque mais ninguém se inscreveu para falar, este assunto foi submetido a votação, tendo este órgão deliberado, por unanimidade, aprovar o voto de pesar pelo falecimento do Dr. Cândido Moreira, Presidente da ANAFRE – Associação Nacional de Freguesias. A Câmara Municipal também se associou a este voto de pesar. -----

PONTO NÚMERO TRÊS – PROPOSTA DE REGULAMENTO DE UTILIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA ECOPISTA DO TÂMEGA -----

Presente para apreciação e votação a proposta de Regulamento de Utilização e Funcionamento da Ecopista do Tâmega. -----

O Presidente da Assembleia Municipal perguntou se alguém queria usar da palavra. Usou da palavra o Presidente da Câmara Municipal, Dr. China Pereira, para informar que este assunto foi à reunião da Câmara Municipal no dia vinte e oito de abril e foi aprovado por unanimidade. Como é do conhecimento público a linha ferroviária entre o Arco de Baúlhe e Amarante foi desativada, a Câmara Municipal tendo consciência desta situação, assim como a Câmara Municipal de Celorico de Basto celebraram um protocolo com a REFER tendo em vista adaptar o caminho ferroviário para uma Ecopista. A Ecopista está construída entre o Arco de Baúlhe e Vila Nune e encontra-se à disposição das pessoas para usufruir. Para tal foi necessário elaborar um regulamento de funcionamento de utilização da Ecopista. O que está vertido nesta proposta são uma série de normas que visam organizar a utilização, proteção e funcionamento da ecopista pelas pessoas em segurança e atribuindo naturalmente responsabilidades também aos utilizadores. Este regulamento não visa mais que a utilização de forma correta da ecopista, por um lado preservando o equipamento, mas por outro contribuindo para que os utilizadores a usem em



ATA NÚMERO TRÊS
ANO 2014
27-06-2014
PÁGINA 14 DE 30

MUNICÍPIO DE CABECEIRAS DE BASTO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

CONTRIBUINTE N.º 505 330 334

segurança, uma vez que tem percursos a pé e de bicicleta. Informou ainda que este regulamento teve o parecer favorável do Gabinete Jurídico da Câmara Municipal. -----

O membro do Grupo Municipal "Independentes por Cabeceiras – IPC", Alcino Castro, referiu que relativamente ao regulamento nada têm a opor, o mesmo encontra-se bem redigido. Sugeriu no entanto algumas alterações e fez várias observações, designadamente ao nível da limpeza das valetas e da sinalização da ecopista, pois teve conhecimento que já houve alguns acidentes. Referiu que a prioridade deveria ser sempre dada ao ciclista e não ao automobilista especialmente nos cruzamentos, é o que acontece na ecopista de Fafe, mas não acontece nesta. Sensibilizou ainda para a questão dos ferros que se encontram no meio da ecopista, alguns deles com alguma perigosidade. Informou que os WC's se encontram fechados. Por último, fez uma recomendação para que este regulamento fosse devidamente publicitado, não só nos órgãos de comunicação social, mas também no troço de Cabeceiras de Basto, para que os utilizadores conheçam as suas obrigações. -----

Por fim voltou a usar da palavra o Presidente da Câmara Municipal para informar que está prevista a limpeza da ecopista. A ecopista foi limpa há pouco tempo, mas como tem chovido muito, a vegetação cresceu rapidamente e as solicitações são muitas. Todas as Juntas de Freguesia solicitam limpezas. Relativamente à sinalização, a mesma foi colocada de acordo com o projeto, mas rever-se-á a situação se assim for o entendimento dos técnicos. Relativamente aos ferros é para evitar a circulação de carros. Informou ainda que a limpeza vai ser feita a partir da próxima semana. -----

Porque mais ninguém se inscreveu para falar, este assunto foi submetido a votação, tendo este órgão deliberado, por unanimidade, aprovar o Regulamento de Utilização e Funcionamento da Ecopista do Tâmega. -----

PONTO NÚMERO QUATRO – REDE PORTUGUESA DE CIDADES SAUDÁVEIS – ABANDONO DO MUNICÍPIO COMO MEMBRO ASSOCIADO -----

Presente para apreciação e votação a proposta de abandono do Município de Cabeceiras de Basto como membro associado da Rede Portuguesa de Cidades Saudáveis, face à atual conjuntura económica e restrições orçamentais dos municípios, às exigências derivadas da permanência na rede e os custos associados, nomeadamente com deslocações a municípios distantes do nosso concelho. A proposta de abandono foi aprovada, por unanimidade, em reunião do executivo municipal de treze de junho de dois mil e catorze. -----

O Presidente da Assembleia Municipal perguntou se alguém queria usar da palavra. Usou da palavra o Presidente da Câmara Municipal para informar que o Município de Cabeceiras de Basto desde dois mil e



ATA NÚMERO TRÊS
ANO 2014
27-06-2014
PÁGINA 15 DE 30

MUNICÍPIO DE CABECEIRAS DE BASTO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL
CONTRIBUINTE N.º 505 330 334

cinco faz parte desta Associação de Municípios que é a Rede Portuguesa de Cidades Saudáveis, sendo composta por um Conselho de Administração, um Conselho Intermunicipal e um Grupo Técnico. Informou ainda que a Câmara Municipal tem feito uma avaliação de todas as parcerias que não têm atividade de forma a equacionar se se deve continuar ou não nessas Associações. Relativamente a esta rede a sede fica no Seixal, é constituída por Câmaras da margem sul de Lisboa, o que significa que os representantes do Município teriam que se deslocar para as reuniões a Lisboa, com os custos que lhe são inerentes. Por outro lado, avaliando o trabalho que foi feito desde dois mil e cinco até dois mil e catorze, verificou-se que pouco ou nada se produziu. Embora, em Cabeceiras de Basto, neste âmbito, se estivessem a desenvolver três projectos: "Envelhecimento Saudável"; "O Crescer a Valer" e o "Serviço de Telemedicina. Acrescentou que A Dr.ª Catarina Ramos era a Técnica da Câmara Municipal que estava a acompanhar os citados projetos. Mais referiu que a relação entre o custo e o benefício não trazia ganhos significativos para o Município e por este motivo foi votado por unanimidade na Câmara Municipal o abandono desta rede. -----

O membro do Grupo Municipal do PSD, Duarte Nuno Bastos, referiu que apreciam a revisão das parcerias e concorda com os argumentos apresentados e, neste sentido, nada tem a opor, apenas questionam o Sr. Presidente da Câmara Municipal sobre os três projetos que estão a ser desenvolvidos em Cabeceiras de Basto, "Envelhecimento Saudável", "O Crescer a Valer" e o "Serviço de Telemedicina". Referiu que ficou com a ideia de que o balanço não foi positivo. -----

O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. China Pereira, respondeu que são projetos que serão mantidos, não vão ser abandonados e que faz desses projetos um balanço positivo. Informou ainda que um dos objetivos desta parceria com os outros municípios era de facto trocar experiências, contar aquilo que se passava em Cabeceiras de Basto e recolher experiências de outros municípios, mas desse trabalho, dessa parceria pouco ou nada resultou. A Câmara Municipal dinamizou e continua a dinamizar estes projetos, estando neste momento em execução, pelo que se dará continuidade a esse trabalho. Considera, no entanto, que é possível fazer esse trabalho sem quaisquer custos para o município, não havendo necessidade de estar a gastar dinheiro. -----

O Presidente da Assembleia Municipal informou que estes projetos estão a ser desenvolvidos pela Basto-Vida. -----

Porque mais ninguém se inscreveu para falar, este assunto foi submetido a votação, tendo este órgão deliberado, por unanimidade, aprovar o abandono do Município de Cabeceiras de Basto como membro associado da Rede Portuguesa de Cidades Saudáveis. -----



ATA NÚMERO TRÊS
ANO 2014
27-06-2014
PÁGINA 16 DE 30

MUNICÍPIO DE CABECEIRAS DE BASTO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

CONTRIBUINTE N.º 505 330 334

PONTO NÚMERO CINCO – BENEFICIAÇÃO DA REDE VIÁRIA MUNICIPAL – PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO -----

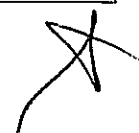
Presente a proposta de recomendação do Grupo Municipal "Independentes por Cabeceiras – IPC" com o seguinte teor: *"Considerando que a sinistralidade rodoviária continua, apesar dos progressos recentes, a acusar numerosas vítimas e elevados prejuízos; Considerando que os relatórios anuais da Autoridade Nacional da Segurança Rodoviária têm vindo a colocar nos últimos anos o concelho de Cabeceiras de Basto numa posição incómoda, traduzida num dos mais altos índices de gravidade de acidentes do distrito de Braga e com um número de mortos e feridos graves que é das mais elevadas do distrito proporcionalmente à população residente; Considerando que compete à Câmara Municipal manter, reparar e beneficiar as vias municipais a seu cargo, tomando em especial atenção as condições de segurança para os utentes dessas vias; Considerando que existem, disseminados pelas vias da responsabilidade do município, variados exemplos de deficiências que podem comportar perigos evitáveis para peões e utilizadores de meios de transporte, tais como curvas estreitas com pouca visibilidade, entroncamentos perigosos, ravinas sem proteção, inexistência de bermas ou passeios, falhas na sinalização, etc.; Considerando que a importante fase de expansão da rede viária municipal se encontra praticamente concluída, e que importa agora sobretudo melhorar essas vias de modo a garantir a máxima funcionalidade das mesmas e as melhores condições de segurança para todos os que nelas circulam; Considerando que a identificação dessas deficiências, frequentemente corrigíveis com pequenas intervenções de custo reduzido, permitirá otimizar o planeamento da atividade camarária e poderá ajudar a diminuir a sinistralidade rodoviária e o sofrimento que sempre a acompanha; Propomos que esta Assembleia delibere uma recomendação à Câmara Municipal de Cabeceiras de Basto para que esta promova um levantamento detalhado de locais de risco na rede viária da responsabilidade do município e, com base nele, trace um plano de beneficiação da rede, de acordo com os recursos disponíveis e priorizando as situações de maior risco, sem descurar as regulares e necessárias obras de manutenção de estradas, arruamento e caminhos."*-----

O Presidente da Junta de Freguesia de Abadim, Fernando Basto, pediu a palavra para referir que duvida que o concelho possua esses altos índices de sinistralidade, até porque é uma informação contrária à veiculada pelo Comandante da GNR, no Conselho Municipal de Segurança. Questionou ainda se, na sua freguesia, existe algum ponto negro, pois recorda-se de um acidente que lá ocorreu, no sentido ascendente e em resultado de excesso de velocidade. -----



ATA NÚMERO TRÊS
ANO 2014
27-06-2014
PÁGINA 17 DE 30

MUNICÍPIO DE CABECEIRAS DE BASTO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL
CONTRIBUINTE N.º 505 330 334



Seguidamente usou da palavra o membro do Grupo Municipal do PS, Rui Rovira, afirmando que leu a proposta de recomendação e a mesma suscitou-lhe alguma preocupação, no entanto, de acordo com a bibliografia que leu, considera que não é verdade que Cabeceiras possua os *"mais altos índices de gravidade de acidentes do distrito de Braga"*. Acrescentou que os dados que obteve, através do Relatório de Segurança Rodoviária, no que se refere ao número de vítimas, no universo dos catorze concelhos, Cabeceiras encontra-se em décimo segundo lugar. Afirmou que as principais causas da elevada sinistralidade são o álcool, incumprimento das regras de trânsito e mau estado dos veículos, fatores estes que não dependem da atuação da Autarquia. Considera que é público e visível o trabalho da Câmara Municipal na melhoria da rede viária. Não há pontos negros no município. Saliu também que há fatores físicos relacionados com a geomorfologia do terreno e que são inultrapassáveis. No entanto, os Presidentes de Junta de Freguesia agradecerão, com certeza, que lhes sejam comunicadas as situações que podem ser melhoradas. -----

O membro do Grupo Municipal "Independentes por Cabeceiras – IPC", Paulo Pinto, agradeceu as intervenções efetuadas. Referiu que esta é apenas uma proposta de recomendação e os dados foram retirados da Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária, assumindo, no entanto, que podem existir outros dados. Considera que esta é uma questão que a todos deve preocupar. Afirmou ter tido um papel ativo na elaboração desta proposta. Concorde que os Presidentes de Junta de Freguesia podem ser um bom auxílio na sinalização destas situações. Afirma que não fizeram um estudo detalhado, mas considera que há algumas situações que podem ser melhoradas, independentemente da orografia do terreno, no entanto o plenário votará como entender. Apontou alguns exemplos concretos de locais necessitados de intervenção, exibindo fotografias que se prontificou a facultar ao Sr. Presidente da Câmara Municipal. -----

O membro do Grupo Municipal "Independentes por Cabeceiras – IPC", Vítor Carvalho, afirmou que na Freguesia de Abadim há alguns pontos perigosos, mesmo em sentido ascendente e onde podem e devem ser colocadas proteções. -----

O membro do Grupo Municipal do PSD, Duarte Nuno Bastos, afirmou que esta é uma preocupação da Assembleia Municipal e talvez fosse interessante dar-lhe uma redação diferente, considerando, no entanto que não compete a este Órgão fazer recomendações técnicas. Sugeriu que este assunto fosse levado a uma Comissão da Assembleia Municipal. -----



ATA NÚMERO TRÊS
ANO 2014
27-06-2014
PÁGINA 18 DE 30

MUNICÍPIO DE CABECEIRAS DE BASTO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL
CONTRIBUINTE N.º 505 330 334

O Presidente da Junta de Freguesia de Abadim, Fernando Basto, informou que algumas situações referidas pelo membro do Grupo Municipal "Independentes por Cabeceiras – IPC", Vítor Carvalho, já foram sinalizadas e comunicadas à Câmara Municipal e serão tidas em conta. -----

Seguidamente usou da palavra o Presidente da Câmara Municipal para informar que esta é uma preocupação da Câmara Municipal e enquanto houver vítimas é sempre de lamentar. Acrescentou que tem estado em contacto com o Comandante da GNR e, de acordo com o relatório que lhe foi apresentado, a sinistralidade é reduzida. Os dados de dois mil e treze, em comparação com dois mil e nove demonstram um decréscimo de acidentes, tendo o índice de gravidade sido, em dois mil e treze, o mais baixo do distrito. Considera, no entanto, que se deve continuar a lutar por melhores vias e melhor acessibilidade e a trabalhar com os Presidentes de Junta de Freguesia para diminuir a sinistralidade. Acrescentou que Cabeceiras de Basto não tem nenhum ponto negro, mas agradeceu a preocupação, referindo que esse é mais um desafio da Câmara Municipal e conta, por isso, com os Presidentes de Junta de Freguesia. -----

Seguidamente usou da palavra o membro do Grupo Municipal do PS, Domingos Machado, referindo que a sinistralidade rodoviária preocupa a todos. Os dados apresentados pelo Presidente da Câmara Municipal são importantes e, por isso, nesta proposta há considerandos questionáveis. Este assunto mereceu a preocupação do executivo municipal anterior e do atual. Lembrou que o membro do Grupo Municipal "Independentes por Cabeceiras – IPC", Paulo Pinto, afirmou que já muito foi feito. No que se refere ao pedido do membro do Grupo Municipal do PSD, Duarte Nuno Bastos, considera alarmismo e não vê necessidade nisso, dado que, como já foi referido, não há pontos negros no concelho. Existe o trabalho de proximidade com os Presidentes de Junta de Freguesia. Existe um Conselho Municipal de Segurança, constituído por pessoas responsáveis e a sensação que tem é que este é um concelho onde há segurança. Poder-se-ia fazer um estudo dos dados e, feita a verificação, voltar à Assembleia Municipal. A ser votada agora, o voto do PS é contra. -----

O membro do Grupo Municipal do PSD, Duarte Nuno Bastos, afirmou que, após o esclarecimento do Presidente da Câmara Municipal, lhe parece que o trabalho está feito. Propunha que se retirassem os considerandos e em sede de Comissão se elaborasse o pedido de Plano que o executivo tem sobre esta matéria. -----

O membro do Grupo Municipal "Independentes por Cabeceiras – IPC", Paulo Pinto, referiu que é desnecessário baixar às Comissões. Poder-se-á suprimir o segundo e o quarto considerando. Afirmou que o que interessa é que este assunto vá à Câmara Municipal como recomendação unânime. -----



ATA NÚMERO TRÊS
ANO 2014
27-06-2014
PÁGINA 19 DE 30

MUNICÍPIO DE CABECEIRAS DE BASTO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL
CONTRIBUINTE N.º 505 330 334

Alcino Castro, o membro do Grupo Municipal "Independentes por Cabeceiras – IPC", concordou com o líder da sua bancada. -----

O Presidente da Assembleia Municipal colocou, então em cima da mesa as seguintes propostas: a proposta do Grupo Municipal "Independentes por Cabeceiras – IPC" retirando segundo e o quarto considerando; a proposta do PS sugerindo que se confirme a veracidade dos dados apresentados; a proposta do PSD que se transforme num pedido de informação ao Presidente da Câmara Municipal. O Presidente da Assembleia Municipal afirmou que seria aceite que se alterasse o texto e passasse a requerimento a pedir esclarecimentos à Câmara Municipal. -----

O membro do Grupo Municipal "Independentes por Cabeceiras – IPC", Paulo Pinto, afirmou que continuam a considerar que a proposta faz sentido e insistem que vá a votação, podendo, no entanto ser retirados os dois considerandos já mencionados. -----

Desta forma, o Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a proposta do Grupo Municipal "Independentes por Cabeceiras – IPC" retirando segundo e o quarto considerando e a contraproposta do PSD e do PS de descer às Comissões. -----

Porque mais ninguém se inscreveu para falar, este assunto foi submetido a votação, tendo este órgão deliberado, por maioria, com dez votos a favor e vinte e três votos contra (Joaquim Barreto, Mário Machado, Abílio Alves, Augusta Cristina Dias, Domingos Machado, Ramiro Marques, Duarte Nuno Bastos, Armando Duro, Rui Rovira, Nuno Barreto, Laura Magalhães, Andreia Ribeiro, Manuel Carneiro e os Presidentes das Juntas de Freguesia de: Abadim, Fernando Basto; de Alvite e Passos, Hélio Vaz; Arco de Baúlhe e Vila Nune, Carla Lousada; de Basto, Fernando Sousa; de Bucos, José Brás; Cabeceiras de Basto, José Carlos Rebelo; da Faia, António Magalhães; Gondiaães e Vilar de Cunhas, Manuel António Ramos; de Refojos de Basto, Outeiro e Painzela, Leandro Campos e de Riodouro, Serafim de Barros Pereira) não aprovar a proposta de recomendação. Mais deliberou este órgão, aprovar por maioria, com vinte e três votos a favor e dez votos contra (Paulo Pinto, Alcino Castro, Sandra Gonçalves, Vítor Carvalho, Manuel Vasconcelos, Sandra Gonçalves, José Alexandre Campos, António Manuel Gonçalves e os Presidentes das Juntas de Freguesia de Cavez e Pedraça, respetivamente, Paulo Guerra e João Luís Magalhães), remeter a referida proposta à Comissão Permanente respetiva. -----

O PSD fez uma declaração de voto referindo que considera que esta proposta de recomendação deve ser transformada num pedido de informação, sobre esta problemática, à Câmara Municipal. -----



ATA NÚMERO TRÊS
ANO 2014
27-06-2014
PÁGINA 20 DE 30

MUNICÍPIO DE CABECEIRAS DE BASTO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL
CONTRIBUINTE N.º 505 330 334

O PS também fez declaração de voto, explicando que considera os dados questionáveis e também considera que a Câmara Municipal tem feito um bom trabalho no que respeita a esta matéria. -----

PONTO NÚMERO SEIS – FIXAÇÃO DAS TAXAS DE IMI, IRS, TARIFAS E LICENÇAS E APLICAÇÃO DE OUTRAS TAXAS – PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO -----

Presente a proposta de recomendação do Grupo Municipal do PS com o seguinte teor: *“Dada a grave situação económica e financeira que as famílias portuguesas e cabeceirenses, em particular, estão a viver, decorrentes da crise existente na União Europeia, propomos que a Assembleia Municipal delibere recomendar, à Câmara Municipal, que no Plano de Atividades e Orçamento para dois mil e quinze, As Grandes Opções do Plano, considerem esta difícil realidade, nomeadamente na fixação das taxas de IMI (Imposto Municipal sobre imóveis) e de IRS (Imposto sobre o rendimento de pessoas singulares), bem como sobre as tarifas e as licenças, mantendo os valores atuais e, se possível, decida a sua redução. Mais propomos recomendar à Câmara Municipal que em dois mil e quinze não implemente, isto é, não aplique outras taxas, de forma a não onerar, ainda mais, os cidadãos de Cabeceiras de Basto.”-----*

O membro do Grupo Municipal “Independentes por Cabeceiras – IPC”, Vítor Carvalho, congratulou-se com a proposta do PS e afirma considerar que tem toda a lógica e que vem ao encontro do defendido pelo seu Grupo Municipal. Acrescentou que seria mais importante a redução da taxa de IMI já este ano. Declarou que continua a considerar que há uma ilegalidade na taxa de IMI. Congratula-se que em reunião da Câmara Municipal tenha sido aprovado um pedido de esclarecimento. -----

O membro do Grupo Municipal do PS, Domingos Machado, referiu que o IMI já tem vindo a baixar. -----

O membro do Grupo Municipal do PS, Nuno Barreto, referiu que o Grupo Municipal “Independentes por Cabeceiras – IPC” nunca trouxe aqui nenhuma proposta.-----

O membro do Grupo Municipal “Independentes por Cabeceiras – IPC”, Vítor Carvalho, afirmou que quer que se cumpra a lei. Se a taxa de IMI não for deliberada e comunicada até trinta de novembro, a taxa a ser cobrada seria de zero vírgula trinta por cento. -----

O Presidente da Câmara Municipal referiu que fez um pedido de esclarecimento, mas como os Vereadores do Grupo Municipal “Independentes por Cabeceiras – IPC” queriam colocar outro tipo de perguntas, ficaram de apresentar o requerimento a ser enviado. -----

O membro do Grupo Municipal “Independentes por Cabeceiras – IPC”, Vítor Carvalho, referiu que o seu Grupo Municipal não ficou satisfeito porque a questão colocada foi qual a taxa que irá ser aplicada e considera que esta é uma pergunta retórica. -----



ATA NÚMERO TRÊS
ANO 2014
27-06-2014
PÁGINA 21 DE 30

MUNICÍPIO DE CABECEIRAS DE BASTO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL
CONTRIBUINTE N.º 505 330 334

O Presidente da Câmara Municipal referiu que se consideram existir alguma ilegalidade que requeiram os devidos esclarecimentos. -----

O membro do Grupo Municipal do PSD, Duarte Nuno Bastos, afirmou que esta proposta também tem considerandos questionáveis, pois considera que a grave situação económica e financeira que as famílias portuguesas e cabeceirenses estão a viver decorre da crise, mas também das opções dos últimos governos. No entanto, a proposta parece-lhe ótima, considerando que será importante rever o mapa fiscal como um todo. -----

O membro do Grupo Municipal do PS, Domingos Machado, lembrou que tem havido uma descida na taxa de IMI apontando de uma forma circunstanciada essa evolução ao longo dos últimos anos. -----

Porque mais ninguém se inscreveu para falar, este assunto foi submetido a votação, tendo este órgão deliberado por unanimidade aprovar a proposta de recomendação apresentada pelo Grupo Municipal do PS. -----

Pelo Grupo Municipal do IPC foi apresentada declaração de voto, a qual se dá aqui como integralmente reproduzida. -----

Declaração de Voto do Grupo Municipal do IPC: "O grupo municipal Independentes por Cabeceiras saúda esta recomendação, no sentido em que subscreve as posições que defendem a temática da redução da carga fiscal sobre os Cabeceirenses. No entanto entendemos também que esta recomendação do PS vem ao encontro do que nós vimos defendendo, servindo esta para corroborar e nos dar razão quando defendemos o que agora o PS recomenda e na ocasião criticou. Face ao exposto o Grupo Municipal do Movimento Independentes por Cabeceiras vota favoravelmente esta recomendação."-----

PONTO NÚMERO SETE – TOMADA DE POSIÇÃO SOBRE O ENCERRAMENTO DE JARDINS DE INFÂNCIA E ESCOLAS DO PRIMEIRO CICLO -----

Presente a tomada de posição do Grupo Municipal do PS com o seguinte teor: "Dado que a legislação existente para o encerramento de jardins-de-infância e estabelecimentos de ensino do primeiro ciclo não refere qualquer novo elemento no que concerne ao aplicado em anos letivos anteriores; Dado que chegou ao nosso conhecimento que se pretendem encerrar no próximo ano letivo jardins-de-infância e possivelmente, também, estabelecimentos de ensino do primeiro Ciclo em Cabeceiras de Basto; Dado que no nosso concelho está garantida a todas as crianças e a todos os alunos a igualdade de oportunidades no acesso a equipamentos educativos de qualidade que permitem assegurar a concretização da escola a tempo inteiro e a promoção do sucesso educativo; Dado que o



ATA NÚMERO TRÊS
ANO 2014
27-06-2014
PÁGINA 22 DE 30

MUNICÍPIO DE CABECEIRAS DE BASTO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL
CONTRIBUINTE N.º 505 330 334

investimento financeiro e logístico levado a cabo pelo Município de Cabeceiras de Basto, com o apoio de fundos comunitários e de sucessivos governos, criou as melhores condições para o desenvolvimento das atividades pedagógicas adequadas ao nível cognitivo e psicossocial das crianças e alunos, sendo proporcionadas oportunidades de aprendizagem individual e conjunta, convívio social e troca de experiências; Dado que não há conhecimento da existência de verbas nos Orçamentos que garantam o transporte e alimentação das referidas crianças; Dado que os autarcas dos diferentes órgãos municipais, enquanto legítimos representantes dos cidadãos, devem defender os interesses e os direitos das populações, em áreas tão fundamentais para a sua vida, como é a da educação. Propomos que a Assembleia Municipal delibere tomar uma posição firme junto dos organismos oficiais competentes, Ministério da Educação e outros, de modo a garantir o funcionamento dos estabelecimentos educativos existentes, que reúnem condições para o efeito, associado a articulando sempre o interesse dos agentes educativos (crianças, alunos, pais e encarregados de educação, professores, autarquias de freguesia e municipais) e o cumprimento da Lei. Mais propomos que do teor desta deliberação seja dado conhecimento à Câmara Municipal, à Juntas de Freguesia do Município, ao Agrupamento de Escolas de Cabeceiras de Basto, à Associação Nacional de Freguesias (ANAFRE), à Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), à Delegação Regional de Educação da Região Norte, à Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares, ao Ministério da Educação e à Comissão Parlamentar de Educação da Assembleia da República, bem como à população do concelho, através dos meios apropriados."-----

Pelo membro do Grupo Municipal do PS, José Carlos Ferreira Rebelo, foi apresentada uma adenda à proposta de tomada de posição do seguinte teor: "Considerando que o assunto em discussão é demasiado importante para a vida das pessoas da nossa Terra, nomeadamente para os agentes educativos, **propomos, enquanto subscritores desta proposta, a criação de uma Comissão que fique encarregada de encetar um diálogo profícuo com os representantes do Ministério da Educação, no sentido de manifestar a necessidade e a vontade da população do nosso concelho para, e no respeito pela lei, manter abertos e em funcionamento os Jardins de Infância de Cabeceiras de Basto. **A Comissão deverá integrar as seguintes entidades:** - Representantes da Comissão Permanente de Educação, Formação e Cultura; - Presidentes de Junta das Freguesias envolvidas e afetadas com este processo de encerramento; - Presidente da Assembleia Municipal; Mais sugiro que se convide para integrar esta Comissão o Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal, bem como a Sr.ª Presidente da Associação de Pais e Encarregados de Educação de Cabeceiras de Basto."-----**



ATA NÚMERO TRÊS
ANO 2014
27-06-2014
PÁGINA 23 DE 30

MUNICÍPIO DE CABECEIRAS DE BASTO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

CONTRIBUINTE N.º 505 330 334

O membro do Grupo Municipal "Independentes por Cabeceiras – IPC", Paulo Pinto, declarou que se associam a esta preocupação, pois também é uma preocupação do seu Grupo Municipal, daí que na reunião do executivo municipal tenha sido aprovada por unanimidade. Considera, por isso, importante que haja união por uma posição comum. -----

O membro do Grupo Municipal do PS, Domingos Machado, referiu que esta é uma problemática antiga. Como professor concorda que todas as soluções têm vantagens e desvantagens. Em dois mil e dez uma Resolução de Conselho de Ministros determinou as condições de encerramento dos Estabelecimentos Escolares. Durante o Governo do Eng. José Sócrates, com a Ministra da Educação Maria de Lurdes Rodrigues, o concelho envidou esforços na construção e/ou requalificação dos Estabelecimentos Escolares do concelho e equipamento dos mesmos. No caso dos Jardins de Infância realça que se trata de crianças dos três aos cinco anos de idade e pode pensar-se que se está a promover a qualidade educativa, mas pode tornar-se uma má solução, pois poderá levar ao absentismo dessas crianças na frequência da Educação Pré-escolar. Considera determinante a vontade dos Pais/ Encarregados de Educação. Quanto ao que foi referido pelo membro do Grupo Municipal "Independentes por Cabeceiras – IPC", Paulo Pinto, que afirmou desconhecer o que ficou decidido em reunião da Câmara Municipal, mas não acredita que haja dissonância entre a tomada de posição da Câmara Municipal e esta Assembleia. Mas que cada órgão, no respeito pela sua autonomia, fica responsável pelas suas decisões. Propõe que se crie um grupo de trabalho que estude esta situação e defenda os interesses das populações, tal como aconteceu quando se impediu o encerramento do tribunal e das urgências médicas. Considera que é preciso estar ao lado dos Pais/ Encarregados de Educação e este processo exige esforço e luta. -----

O membro do Grupo Municipal do PSD, Laura Magalhães, referiu que a Carta Educativa aprovada em dois mil e seis já previa esse encerramento. A taxa de natalidade tem diminuído e a pirâmide etária tem-se alterado, por isso deviam ter-se tomado medidas que acautelassem esta situação. Considera que a Assembleia Municipal deve assumir uma posição e devia realizar-se uma reunião para esse fim. -----

O membro do Grupo Municipal do PS, José Carlos Ferreira Rebelo, explicou que esta proposta de tomada de posição surgiu de reuniões entre os Presidentes de Junta de Freguesia, após lhes ter sido comunicado o encerramento dos Jardins de Infância. Auscultaram-se as populações, que consideram ser complicado o transporte de crianças tão pequenas, especialmente em dias de Inverno. A tomada de posição pretende reforçar a da Câmara Municipal e deveria ser votada por unanimidade. Propõe ainda uma adenda à proposta para criação dessa Comissão. -----



ATA NÚMERO TRÊS
ANO 2014
27-06-2014
PÁGINA 24 DE 30

MUNICÍPIO DE CABECEIRAS DE BASTO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

CONTRIBUINTE N.º 505 330 334

O membro do Grupo Municipal do PSD, Laura Magalhães, considera que não se deve andar com suposições. No dia vinte de junho a Comissão de Educação, Formação e Cultura reuniu e pediu um esclarecimento. Considera, por isso, que compete às Comissões fazer esse trabalho. -----

A Vereadora da Educação, Dr.ª Isabel Coutinho, esclareceu que reuniu com o Delegado Regional de Educação da Região Norte, Dr. Aristides Sousa, que afirmou que serão tidos em conta os interesses pedagógicos, mas também economicistas, bem como os normativos legais, designadamente a Portaria número vinte e nove/ dois mil e treze. Houve um investimento muito grande nos Centros Escolares. Na Escola Básica Professora Filomena Mesquita estão quatro salas vazias do Pré-escolar e é preciso dar um passo em frente, pelo que a DGEsTE propunha o encerramento dos Jardins de Infância e da Escola Básica de Gondarém. A Câmara Municipal expressou a sua não concordância e alegou grande dificuldade nos transportes. Considera que as populações estão no seu direito de lutar. A Câmara Municipal tem feito um grande esforço. É necessário pegar na Carta Educativa e reformulá-la. Nela não estava contemplada a quebra na natalidade e a emigração, pelo que o contexto foi alterado. Afirmou que tentou, junto da DGEsTE criar situações de exceção, como o caso de Gondíães que se encontra a grande distância, mas não viu abertura para tal. Reuniu com os Presidentes de Junta de Freguesia e disponibilizou-se para reunir com os Pais/ Encarregados de Educação. Se eles não concordarem com o encerramento, a Câmara Municipal ficará ao seu lado e lutará pelos seus direitos. Como Vereadora tem lutado pelo não encerramento e saúda a posição da Assembleia Municipal. -----

O membro do Grupo Municipal "Independentes por Cabeceiras – IPC", Paulo Pinto, afirmou que a Vereadora da Educação, Dr.ª Isabel Coutinho, foi muito esclarecedora e entende que a Câmara Municipal está atenta e colaborante. Impõe-se que a Assembleia Municipal se solidarize. Considera a proposta do membro do Grupo Municipal do PS, José Carlos Rebelo, como extemporânea, até porque a Comissão já está a trabalhar. -----

O membro do Grupo Municipal do PS, José Carlos Rebelo, referiu que reconhece a importância da Comissão, mas considera que tem que se lutar, pois só vai reforçar a posição da Câmara Municipal. -----

O Presidente da Assembleia Municipal informou que a listagem de Estabelecimentos Escolares que vão encerrar já está na posse do Secretário de Estado da Educação e, por isso, é importante que se atue rapidamente. -----

A Vereadora da Educação, Dr.ª Isabel Coutinho, concordou que se deve atuar rapidamente. Explica que lutou veemente contra o encerramento, mas reconhece que é necessária uma tomada de posição em força. -----



ATA NÚMERO TRÊS

ANO 2014

27-06-2014

PÁGINA 25 DE 30

MUNICÍPIO DE CABECEIRAS DE BASTO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL
CONTRIBUINTE N.º 505 330 334

O membro do Grupo Municipal do PS, José Carlos Rebelo, reconheceu o trabalho da Câmara Municipal e a sua preocupação e apela para que a população se mantenha fortemente unida. -----

Porque mais ninguém se inscreveu para falar, este assunto foi submetido a votação, tendo este órgão deliberado por maioria, com dezanove votos a favor e catorze abstenções (Paulo Pinto, Alcino Castro, Augusta Cristina Dias, Vera Carvalho, Vítor Carvalho, Manuel Vasconcelos, Duarte Nuno Bastos, Sandra Gonçalves, José Alexandre Campos, Laura Magalhães, António Manuel Gonçalves e os Presidentes das Juntas de Freguesia de Basto, Cavez e Pedraça, respetivamente, Fernando Sousa, Paulo Guerra e João Luís Magalhães), aprovar a tomada de posição. -----

Pelos Grupos Municipais do IPC, PSD e PS e pelo membro do PS, Augusta Cristina Gomes Costa Dias, foram apresentadas declarações de voto, as quais se dão aqui como integralmente reproduzidas. -----

Declaração de Voto do Grupo Municipal do IPC: *"Os membros do Grupo Municipal Independentes por Cabeceiras abstêm-se na votação da tomada de posição apresentada pelo Partido Socialista sobre o encerramento de escolas do primeiro ciclo e jardins de infância pois, embora partilhando das preocupações expressas no documento em análise, consideram que o Sr. Presidente da Câmara Municipal e a Sr.ª Vereadora de Educação forneceram as explicações necessárias acerca do assunto e que o executivo municipal hoje mesmo reunido tomou uma posição adequada e unânime em relação ao mesmo. Mais entendemos que a Assembleia Municipal se deveria solidarizar com a tomada de posição aprovada na Câmara Municipal, e que é essa a forma mais coerente de assegurar a sintonia entre os órgãos municipais na defesa firme dos interesses da população e da comunidade educativa cabeceirense."* -----

Declaração de Voto do Grupo Municipal do PSD: *"O PSD é contra o encerramento dos estabelecimentos de ensino/educação em causa. Contudo a nossa abstenção prende-se com o facto de considerarmos que a adenda apresentada pelo Grupo Municipal do Partido Socialista, não ser oportuna, porque o nosso interlocutor é a Câmara Municipal, e a mesma já está a fazer um trabalho nesse sentido, tal como a Sr.ª Vereadora Dr.ª Isabel Coutinho nos esclareceu e com o qual o PSD está solidário."* -----

Declaração de voto do Grupo Municipal do PS: *"O sentido de voto do Grupo Municipal do Partido Socialista não está relacionado com a explicação suficiente ou insuficiente da Câmara Municipal que, como é óbvio, é mais do que suficiente. A nossa declaração de voto e o nosso voto assenta no respeito pela autonomia dos órgãos, da interdependência dos órgãos, mas na não dependência de um órgão relativamente a outro órgão. Por outro lado, o nosso voto não fragiliza a posição da Câmara Municipal*



ATA NÚMERO TRÊS
ANO 2014
27-06-2014
PÁGINA 26 DE 30

MUNICÍPIO DE CABECEIRAS DE BASTO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL
CONTRIBUINTE N.º 505 330 334

antes pelo contrário a reforça. A fragilização a subsistir está no facto de ela não ter sido votada por unanimidade, como realmente deveria ter sido, mas os atos ficam para quem os pratica." -----

Declaração de Voto do membro do PS, Augusta Cristina Gomes da Costa Dias: "A Educação Pré-Escolar é, de acordo com a Lei número cinco/noventa e sete, de dez de fevereiro, a primeira etapa da educação básica no processo de educação ao longo da vida, sendo complementar da ação educativa da família, com a qual deve estabelecer estreita cooperação, favorecendo a formação e o desenvolvimento equilibrado da criança, tendo em vista a sua plena inserção na sociedade como ser autónomo, livre e solidário. Tem como um dos seus principais objetivos fomentar a inserção da criança em grupos sociais diversos, no respeito pela pluralidade das culturas, favorecendo uma progressiva consciência do seu papel como membro da sociedade. Neste sentido, compreendo que o encerramento dos Jardins de Infância significam mais uma perda de serviços nas freguesias, compreendo a preocupação dos pais/ encarregados de educação com o transporte de crianças tão pequenas, compreendo que trará encargos avultados à Câmara Municipal e colocará em risco o posto de trabalho de alguns docentes, no entanto, considero que, no caso de Jardins de Infância com uma, duas ou três crianças, será maior o benefício que estas crianças terão estando integradas em grupos turma maiores, pois permitir-lhes-á uma maior socialização e acesso a um conjunto de atividades e experiências que contribuirão para estimular o seu desenvolvimento global. Desta forma, o meu voto irá no sentido da abstenção." -----

PONTO NÚMERO OITO – TOMADA DE POSIÇÃO SOBRE A ALTERAÇÃO E REDUÇÃO DE VALÊNCIAS DO CENTRO HOSPITALAR DO ALTO AVE, EPE – UNIDADE DE GUIMARÃES -----

Presente a tomada de posição do Grupo Municipal do PS com o seguinte teor: "De acordo com a Portaria número oitenta e dois/dois mil e catorze, de dez de abril, alteraram-se as classificações das unidades hospitalares, estabelecendo-se as novas valências que cada um dos hospitais e respetivas estruturas orgânicas podem prestar aos cidadãos que recorrem a esses serviços de saúde. O Centro Hospitalar do Alto Ave, em Guimarães, é o Hospital de referência que serve os utentes do Concelho de Cabeceiras de Basto. Em consequência da Portaria, acima referida, esta Unidade Hospitalar fica considerada no Grupo I, perdendo respostas em determinadas valências médicas, nomeadamente em neonatologia, obstetria, imunoalergologia, dermatologia, urologia e cirurgia vascular. A concretizar-se o previsto nesta Portaria, o Hospital de Guimarães perderá serviços importantes e essenciais para a qualidade de vida das pessoas da sua área de influência geográfica e principalmente de Cabeceiras de Basto. Considerando que com estas alterações e reduções nas valências do Centro Hospitalar do Alto Ave haverá graves prejuízos para os



ATA NÚMERO TRÊS
ANO 2014
27-06-2014
PÁGINA 27 DE 30

MUNICÍPIO DE CABECEIRAS DE BASTO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL
CONTRIBUINTE N.º 505 330 334

habitantes do nosso concelho na prestação de serviços de saúde fundamentais; Considerando que na última reunião da Assembleia Municipal, realizada no dia dezasseis de maio, por iniciativa do seu Presidente, foi abordado este assunto, tendo os membros presentes entendido oportuno analisar e esclarecer esta situação para se tomar uma posição conjunta deste Órgão Autárquico, de modo a manter os atuais serviços no Centro Hospitalar do Alto Ave, em Guimarães, fundamentais para as pessoas desta região e concretamente para os cidadãos de Cabeceiras de Basto, PROPÕE-SE que os membros desta Assembleia Municipal, como legítimos representantes dos cabeceirenses, assumam uma posição clara para manifestar a sua discordância relativamente à alteração e redução das valências médicas do Hospital de Guimarães que, a concretizar-se, irão prejudicar no futuro os habitantes deste concelho. Mais deve esta Assembleia deliberar incumbir a Comissão Permanente de Saúde e Ação Social e o Presidente deste Órgão, para que promovam todas as diligências que considerem oportunas e necessárias para assegurar, garantir e se possível melhorar os Serviços/Valências de Saúde que atualmente se prestam no Centro Hospitalar do Alto Ave em Guimarães. Deve, ainda, convidar-se o Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal para se associar e integrar o Grupo de Trabalho antes referido, constituído pelos elementos da Comissão Permanente de Saúde e Ação Social e o Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal para que em conjunto, os representantes do Município, estejam unidos na defesa desta causa comum, vital para a população de Cabeceiras de Basto. Desta deliberação deve ser dado conhecimento: Ao Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal; Ao Exmo. Sr. Presidente da ARS/Norte; Ao Exmo. Sr. Presidente de Administração do Centro Hospitalar do Alto Ave; Aos Exmos. Srs. Presidentes de Juntas de Freguesia de Cabeceiras de Basto." -----

O membro do Grupo Municipal "Independentes por Cabeceiras – IPC", Manuel Baltazar Vasconcelos, referiu que na última sessão da Assembleia Municipal o Presidente da Câmara Municipal assegurou que estavam a tomar todas as diligências, por isso não entende esta tomada de posição. Não compreende como é que uma Comissão pode ter mais força e influência que a própria Autarquia. Na proposta sugerem que o Presidente da Câmara Municipal e o Presidente da Assembleia Municipal se unam nessa causa e, é seu entendimento, que já são um grupo de trabalho, por isso não vê necessidade da constituição de outra Comissão. E, seguidamente, questionou o Presidente da Câmara Municipal se houve novos desenvolvimentos relativamente a este assunto. -----



ATA NÚMERO TRÊS
ANO 2014
27-06-2014
PÁGINA 28 DE 30

MUNICÍPIO DE CABECEIRAS DE BASTO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL
CONTRIBUINTE N.º 505 330 334

O membro do Grupo Municipal do PSD, Duarte Nuno Bastos, afirmou que a Assembleia Municipal tem que estar em defesa dos interesses dos Cabeceirenses. Considera a proposta é interessante e veem com bons olhos esta discussão, bem como uma tomada de posição em força.-----

O Presidente da Câmara Municipal informou que, depois da tomada de posição do dia treze de junho, pediu uma audiência ao Diretor do Centro Hospitalar do Alto Ave, Dr. Delfim Rodrigues, o esclareceu que, a curto prazo as valências se iriam manter. No entanto, afirmou estar preocupado e considera importante que se tome uma posição por unanimidade. -----

O membro do Grupo Municipal do PS, Domingos Machado, congratulou-se com a posição do membro do Grupo Municipal do PSD, Duarte Nuno Bastos e do Presidente da Câmara Municipal. Considera que o Grupo Municipal "Independentes por Cabeceiras – IPC" está com dificuldade de orientação política. Parece querer anular o papel da Assembleia Municipal. As Comissões devem participar, mas não esgotam a representatividade do concelho. Considera que isso é ingenuidade do membro do Grupo Municipal "Independentes por Cabeceiras – IPC", Manuel Baltazar Vasconcelos. Há legislação publicada e a qualquer momento pode haver a diminuição das valências, por isso é preciso fazer pressão. É preciso dar força ao Centro Hospitalar do Alto Ave. Apela, por isso, ao bom senso da Assembleia Municipal. -----

O membro do Grupo Municipal "Independentes por Cabeceiras – IPC", Paulo Pinto, afirmou que o PS, na sua proposta de tomada de posição, fez considerandos e não pode obrigar que se aprove ponto por ponto. O Grupo Municipal "Independentes por Cabeceiras – IPC" gostaria de expressar algumas reservas, nomeadamente no que se refere à Comissão constituída pelo Presidente da Câmara Municipal e o Presidente da Assembleia Municipal. O Grupo Municipal "Independentes por Cabeceiras – IPC" está sensível e extremamente preocupado com estas questões. -----

O membro do Grupo Municipal do PS, Domingos Machado, acrescentou que a proposta tem considerandos e tem legislação, mas o texto pode ser colocado à consideração. -----

O Presidente da Assembleia Municipal afirmou que, enquanto Presidente da Câmara Municipal, foi várias vezes confrontado com possíveis encerramentos de diferentes serviços. No caso do tribunal, constituiu uma Comissão, que reuniu por diversas vezes, documentou-se e deu força à reivindicação.---

Porque mais ninguém se inscreveu para falar, este assunto foi submetido a votação, tendo este órgão deliberado por unanimidade, aprovar a tomada de posição. -----

Pelo Grupo Municipal do IPC foi apresentada declaração de voto, a qual se dá aqui como integralmente reproduzida. -----



ATA NÚMERO TRÊS
ANO 2014
27-06-2014
PÁGINA 29 DE 30

MUNICÍPIO DE CABECEIRAS DE BASTO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL
CONTRIBUINTE N.º 505 330 334

Declaração de Voto do Grupo Municipal do IPC: "O Grupo Municipal do IPC vota a favor da tomada de posição apresentada pelo Partido Socialista relativamente à manutenção das valências do Hospital de Guimarães, embora expressando reservas no que respeita à criação de um grupo de trabalho nos moldes propostos, dado que tanto a Câmara Municipal como a Assembleia Municipal e a sua comissão permanente de Saúde e Ação Social, na espera das suas competências próprias, não deixarão de trabalhar em prol dos melhores interesses das populações."-----

O membro do Grupo Municipal do PS, Domingos Machado, regozijou-se pela aprovação por unanimidade. Considera que cada Órgão Autárquico deve fazer o que está ao seu alcance. Lamenta que a proposta do ponto anterior não tenha sido também aprovada por unanimidade. -----

APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO -----

O Presidente da Assembleia Municipal colocou à consideração o assunto acima referido. -----

O Grupo Municipal do PSD, Laura Magalhães, alertou para a falta de água em alguns locais, nomeadamente em Chacim, Boadela, Pedraça, situação que se agrava com a chegada do Verão e para a qual solicita especial atenção. -----

Tomou a palavra o Presidente da Câmara Municipal, Dr. China Pereira, para explicar que essa situação já está registada, estando relacionada com a rotura de uma conduta e nem sempre é fácil localizar o local da rotura. Explicou que o abastecimento de água é uma preocupação desta Câmara Municipal, que tem investido na limpeza e reparação dos depósitos de água, bem como na qualidade da mesma, apostando na correção do pH e também a nível bacteriológico. Fez-se o possível, de acordo com o orçamento. Esta área continuará a ser uma aposta de investimento. Informou também que, no que respeita aos placares publicitários, já foram identificados vinte e sete e notificados os seus proprietários. Quando às dívidas a fornecedores, elas estão todas liquidadas até trinta e um de maio de dois mil e catorze e, em junho, já se pagou aos fornecedores de Cabeceiras de Basto, pois considera que as mesmas precisam de liquidez. No que respeita à candidatura do Mosteiro de S. Miguel de Refojos a património da UNESCO, está um longo caminho percorrido. As Comissões de Honra e a Científica estão constituídas e, por isso, agradece a colaboração de todos. Considera que o Abraço ao Mosteiro, efetuado pelas crianças e jovens do concelho, aumentou-lhes o sentimento de pertença. Prevê-se que a candidatura esteja concluída a trinta e um de agosto. -----



ATA NÚMERO TRÊS
ANO 2014
27-06-2014
PÁGINA 30 DE 30

MUNICÍPIO DE CABECEIRAS DE BASTO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL
CONTRIBUINTE N.º 505 330 334

PERÍODO RESERVADO AO PÚBLICO -----

O Presidente da Assembleia Municipal perguntou se alguém do público pretendia usar da palavra.

Ninguém se inscreveu para falar. -----

Nada mais havendo a tratar, quando eram quatro horas e quinze minutos, do dia vinte e oito de junho de dois mil e catorze, pelo Presidente da Assembleia Municipal foi dada por encerrada a sessão, da qual para constar se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada.-----

O Primeiro Secretário:

Handwritten signature of the First Secretary.

O Presidente da Mesa:

Handwritten signature of the President of the Board.